

PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS: A POLÍTICA, A VIDA COMUM E O “LUGAR DAS MULHERES” NA PÓLIS CLÁSSICA¹

Marta Mega de Andrade²

Resumo: *O artigo apresenta resultados dos estudos de História das mulheres e relações de gênero em perspectiva comparada levados a cabo pela autora nos últimos dez anos da pesquisa “Contextos funerários e exposição feminina na Atenas Clássica”. Para isso, foi estabelecido um recorte que enfoca o modo como autores oitocentistas escreveram sobre a educação feminina inspirando-se em textos do mundo grego, a partir do pressuposto de que a chamada “tradição clássica” foi elemento central na defesa da educação da mulher para a “economia doméstica”. Como elemento comparativo, o artigo analisa, de forma experimental, textos de autores do sexo masculino e feminino e, neste último caso, textos ligados ao que atualmente identificamos como ideias precursoras do feminismo no século XIX. O objetivo da comparação é verificar semelhanças e diferenças na remissão à tradição clássica, sugerindo hipóteses explicativas para pesquisas futuras, particularmente no que tange à abordagem da relação das mulheres e do feminino com o campo político.*

Palavras-chave: *História das mulheres; Tradição clássica; Economia doméstica, feminismo; Campo político.*

¹ Recebido em 25 de março de 2024 e aprovado em 25 de julho de 2024.

² Professora titular do Laboratório de História Antiga (LHIA), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em História Social. Pesquisa realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). ORCID: 0000-0002-6437-0479

HISTORIOGRAPHICAL PERSPECTIVES: POLITICS, COMMON LIFE AND THE “PLACE OF WOMEN” IN THE CLASSICAL POLIS

Abstract: *The article presents results of studies on women’s history and gender relations in a comparative perspective carried out by the author in the last ten years of the research Funerary contexts and female exhibition in classical Athens. To this end, a point of view was established that focuses on the way nineteenth-century authors wrote about female education, drawing inspiration from texts from the Greek world, based on the assumption that the so-called “classical tradition” was a central element in approving women’s education for the “domestic economy”. As a comparative element, the article analyzes, in an experimental way, texts by male and female authors and, in the latter case, texts linked to what we currently identify as precursor ideas of feminism in the 19th century. The objective of the comparison is to verify similarities and differences in the reference to the classical tradition, suggesting explanatory hypotheses for future research, particularly regarding the approach to the relationship between women and the feminine with the political field.*

Keywords: *Women’s history; Classical tradition; Home economics; Feminism; Political field.*

Introdução

Quando ficou acertado com meus colegas do Laboratório de História Antiga (LHIA) que eu iria falar sobre perspectivas historiográficas, é certo que estávamos invocando nosso passado, mas mais ainda, estávamos de olho é no nosso futuro. Futuro não apenas do LHIA, mas, em geral, da História Antiga na disciplina História, futuro das pesquisas do laboratório, futuro das nossas redes de pesquisadores, grupos, projetos de extensão... Alguns dentre nós, professores que fazem parte do Laboratório de História Antiga na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acabaram de chegar, são nossa promessa e vocês ouviram suas conferências e comunicações; e creio eu, como vocês provavelmente, que estamos indo muito bem. Outros vêm de longe, lá de trás. Sem querer denunciar nossas faixas etárias, fato é que nosso conselho de jovens anciãos tem pelo menos trinta anos de casa, entre o tempo em que fomos estudantes e o tempo em que nos tornamos professores. Acho que vamos concordar que tem sido uma jornada e tanto levar adiante esse trabalho e orgulhosamente manter tanto esse evento quanto a *Revista Phoenix* por todo esse tempo e, de certo modo, contra um senso comum em nosso meio acadêmico, que geralmente deixa

às Histórias Antiga e Medieval um pequeno nicho, na maior parte das vezes compartilhado entre esses dois “pontos” na linha do tempo.

Fazer pesquisa em História Antiga no Brasil é um desafio, nós sabemos e vivemos com isso no nosso dia a dia. Mas, quanto ao desafio, continuo parafraseando Paul Veyne (1983), quando ele valoriza a capacidade que a História Antiga demonstrou como disciplina. Capacidade de pensar a historiografia problematicamente, mudando rumos, ampliando os horizontes, revendo ao revés – falo aqui da aula inaugural no Collège de France, que foi publicada em português sob o título *O Inventário das Diferenças*. Diria que esta forma de ver a escrita da História como curiosa, inventiva, “com a pulga atrás da orelha” (como costuma dizer um grande amigo meu) é um grande legado nosso, talvez o maior de todos, à produção do conhecimento histórico. Então, falemos de um desafio e de um prazer de descobrir e de redescobrir, na pesquisa, no ensino e na extensão, um mundo familiar e, ao mesmo tempo, outro, um mundo que explica o nosso, mas também o põe em xeque.

A política e as mulheres

Meu Deus! Por que não me fizeste nascer homem para que minhas inclinações estivessem a teu serviço, para que em nada me enganasse, para que eu tivesse esta grande perfeição que os homens dizem ter? Mas, como tu não quiseste. como não estendeste tua bondade até mim. perdoe minha negligência ao te servir, Senhor Deus, e não te descontente, pois o servidor que menos recebe de seu senhor, menos é obrigado a servi-lo (Pizan, 2012, p. 60).

Vou exemplificar com minha própria pesquisa sobre a pólis das mulheres³.

Podemos nos perguntar onde, como, quando começa nosso grande interesse, em história ocidental, pelas mulheres na arena política e na vida pública. A pulga atrás da orelha, reivindicando histórias de mulheres que tinham um papel não necessariamente exemplar ou ilustre, mas simplesmente “a mulher” – denominador comum –, o “segundo sexo” e sua ação histórica significativa para os processos históricos das sociedades e das nações: em

³ Para uma visão de conjunto, ver: Andrade (2024).

suma, o “povo” das mulheres. O olhar atento para as evidências de um protagonismo feminino na esfera pública em diversos contextos levou muitos pesquisadores pelo mundo a questionar como uma sociedade como a ateniense clássica e outras, num contexto determinado, podia ao mesmo tempo ser excludente e tão prolixa quando o assunto era “mulheres”, para falar mal, sim, mas, na censura, atraindo o reverso de um bem. A gente pode exemplificar com um exemplo que nos é muito caro até hoje, o de *Antígona*, assim como a retomamos, sugerindo, nela, um sopro de insurreição na pólis masculina. Uma jovem questionando a tirania, numa tragédia que explora a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres, cidade e casa. Antígona é um extremo mal e o maior bem, do ponto de vista da *politeia*. Ora, a posição ambígua – bem e mal – e a recorrência com que o teatro tematizava essa ambiguidade, fazendo com que personagens femininas expressassem uma possível “voz” coletiva, fez com que imaginássemos a forma de uma cidadania possível na pólis para as mulheres, naquela mesma Atenas Clássica que nos fascinava e fascina. Chamei essa Atenas de “cidade das mulheres” (sem saber ainda do livro e do filme de mesmo nome), mas me restava um longo caminho para compreender que, para contextualizar historicamente uma pólis que fosse “de mulheres”, tal contextualização teria que experimentar uma perspectiva crítica quanto ao foco central no conceito de “cidadania”.

Desarticular as estruturas de pensamento que nos levavam a conceber a cidadania como um direito, e necessariamente um valor que projetaria o caráter ativo e histórico do sujeito cuja “obra” se destina e se realiza socialmente na esfera pública; refigurar o aparecimento histórico das distinções do público e do privado; tentar pensar o não protagonismo, a não ação das mulheres como parte ativa de um projeto de invisibilidade e incomensurabilidade. São algumas das tarefas que a pesquisa busca realizar e que vem se mostrando um trabalho de idas e voltas, “nós/eles”, trabalho de comparação simétrica. Nesse trajeto de idas e vindas, foi necessário escavar, por exemplo, no discurso político/científico da modernidade, aqueles estratos em que o gênero binário masculino/feminino era generativo e não parte da retórica ou das ideias. Pois quando pensamos no gênero “significando relações de poder”, é apropriado destacar o poder generativo do discurso, a potência de criar realidades e fascinar-se, “encantar-se” nessa criação expressando, dizendo novamente, repetindo e recitando com algo de novo, atual, a mesma coisa diferentemente. A dança das metades – natureza e cultura, privado e público, masculino e feminino, luz e sombra, quente e frio,

seco e úmido, céu e terra – articula o que dizemos pelo fascínio que exerce a repetição renovada daquilo que é “lógico” e se autoexplica.

Então, posso dizer que o momento em que a gente se descola da representação do espaço social cindido entre esferas pública e privada na pólis revela-se libertador. Estaríamos prontos, todos, nesse caso, a enfatizar, seguir o fio e ressaltar uma espécie de política da vida comum e seus agentes indefinidos, invisíveis, historicamente mudos, da qual falarei mais adiante. Mas é também um passo arriscado, porque corremos o risco de esvaziar a reivindicação de agência histórica de mulheres bem reais e que sentem na pele, literalmente, a (im) potência de sua categorização. Recorrer ao passado para refletir sobre o presente, para intervir, lutar e mudar, é um apelo destinado à arena de nossas disputas políticas em torno da representatividade dos grupos e da ação do Estado. Foi nessa luta, afinal, que surgiu uma História das Mulheres. Diante dessa realidade de poderes constituídos, leis e diálogos entre Estado e sociedade, ficamos meio sem chão epistemológico para fundar questões de poder, participação etc. que nos distanciam, aparentemente, da efetividade dos combates a travar. O problema é que esses combates, hoje, são mais plurais e em mais frentes do que aquele que envolveria o “segundo sexo” e seu “fato” – “ser uma mulher”. Abrir seu espaço na esfera das públicas transações masculinas é fundamental. Contudo, é também crucial valorizar o apelo de outra dimensão da política, que vem sendo e precisa ser construída pelo pensamento contemporâneo da sociedade, da subjetividade e do poder, de modo a dizer uma palavra sobre aquilo que existe na ausência dos poderes estabelecidos, constituídos, esses mesmos que operam muito bem, por exemplo, nas e com as distinções binárias do gênero em seus embates em torno de papéis sociais e perspectivas políticas.

E o que existe nessa ausência? Que vazio é este?⁴ Tomemos o exemplo da “ação” das mulheres no discurso dos historiadores gregos, segundo

⁴ Essa questão é colocada em um outro contexto por Pierre Clastres (2003), ao investigar a ausência do poder de coerção na ordem das chefias indígenas das chamadas comunidades primitivas. Contudo, estudos como os de Hannah Arendt (2014), Michel Foucault (2006), Pierre Bourdieu (2007), Antonio Negri (1999), Giorgio Agamben (1993 e 2002, principalmente), dentre outros, contribuem para a formulação da questão do poder como produção, potência constitutiva e constituinte, numa compreensão que vai além do modelo jurídico que pressupõe um sujeito (indivíduo de certa classe) que, por delegação, expropriação, contrato ou instituição, o detém. O dilema aqui é simples: o “modo jurídico” não nos conduz às possibilidades de ação e transformação da vida social de sujeitos que não possuem seus próprios meios. Ver: Andrade e Taveira (2024, p. 55-82).

Nicole Loraux. Em seu artigo “La cité, l’historien, les femmes” (1985), a historiadora francesa parece antes de tudo defender a impossibilidade de se conhecer a agência história de mulheres do mundo grego antigo através das fontes textuais como as “histórias”, pelo simples fato de que a tematização da ação feminina mobilizaria, nesses textos, no mais das vezes, a questão da sua incapacidade para agir. Aqui, como em outros momentos de sua obra, Nicole Loraux faz um duplo movimento bem interessante: são os homens que falam de mulheres, que repetem em seus discursos os tópicos da diferença e da impotência feminina; no entanto, à exclusão categórica das “filhas de Atenas”, Loraux contrapõe a ambiguidade, o retorno do recalque (aqui em *As Experiências de Tirésias*, de 1989). Pois a força que busca separar e comparar/confrontar masculino e feminino, o faz à custa de trabalhar sobre as fronteiras artificiais e fluidas entre corpos, mentes, *archai* que o universo simbólico não separa por si só, sem o exercício reiterado de um discurso calcado no “natural feminino”. Sem um discurso político, afinal.

Inspirados por Nicole Loraux, chamemos, por enquanto, esse tal “vazio” de *ambiguidade*. Vamos agora dar um rosto a essa *ambiguidade*, partindo do diálogo entre antigos e modernos, como o fez Nicole Loraux, utilizando para isso o instrumental teórico da Psicanálise. Só que, de minha parte, o instrumental vem da Filosofia e, em grande medida, da Antropologia “simétrica”, como em M. Strathern (2006), por exemplo.

Nosso exercício começa, assim, com um brevíssimo olhar sobre a tematização das diferenças entre masculino e feminino no *Econômico*, de Xenofonte.

Diz Iscômaco a Sócrates:

Iscômaco: “Parece-me que os deuses agiram com grande discernimento ao juntar o masculino e o feminino, como são chamados, principalmente para formar uma parceria perfeita em interesse mútuo. Pois em primeiro lugar, para que as diversas espécies de criaturas viventes não se extinguissem, juntaram-se macho e fêmea para a geração de filhos. Em segundo lugar, uma fonte de apoio para a velhice é provida por essa união, para os seres humanos. Em terceiro lugar, os humanos não vivem ao ar livre como os animais, mas obviamente precisam de um abrigo.

Assim sendo, aqueles que pretendem ter o que armazenar no espaço coberto, precisam de alguém que trabalhe em ocupações ao ar livre;

[...] E como tanto as tarefas de interior como as de exterior exigem ambas memória e cuidado, a divindade logo no início adaptou a natureza da mulher, penso eu, ao interior, e a natureza do homem para as tarefas e preocupações do exterior.

Sabendo, minha mulher, disse-lhe eu, os deveres que a cada um de nós foram determinados pelo deus, é preciso que tentemos, cada um de nós, levá-los a termo da melhor forma possível. Aprova-o, disse-me ter dito, também ao fazer cônjuges o homem e a mulher. E como o deus os fez parceiros quanto aos filhos, assim também a lei os instituiu como parceiros na casa. E a lei declara nobre aquilo para o que os fez mais capazes por natureza (Xenofonte. Econômico, VII, 18-31).

Imaginem que esse texto atravessou milênios e diversos escritórios para chegar até nós. Não vamos discutir aqui o sentido desses trechos por eles mesmos, mas por aquilo que nos parece muito familiar, usual e bem entendido, familiar a ponto de suscitar o exemplo, embasar a autoridade e o argumento ou a crítica ao longo patriarcado. Vamos tomar três pontos:

- 1) A ação dos deuses sobre a natureza, a reiteração das leis;
- 2) A separação das prerrogativas/a divisão do trabalho feminino e masculino;
- 3) A oposição complementar entre a casa (mais que isso, “dentro de casa”) e a “rua” (o exterior, fora de casa).

Em que consiste essa irritante familiaridade? A resposta que temos preparada é que, “desde a Grécia Antiga” persiste a dominação masculina justificada pela divisão das esferas de ação e reprodução, da praça pública e da família, da agência histórica e do desaparecimento na privatividade da esfera doméstica. O fascínio exercido pelo exemplo, pelo reconhecimento de nós mesmos numa profundidade histórica com certidão de nascimento, nos dispõe numa zona de conforto e desconforto ao mesmo tempo. É simples aceitar essa divisão; é mais simples ainda compreendê-la como discurso patriarcal e oligárquico. Também é possível escutar nele reverberações, ressonâncias da sua própria época e de outras lições afeitas à escola socrática. É possível contextualizar tudo isso e imaginar lições dadas por professores de retórica a seus discípulos de famílias aristocráticas e/ou abastadas em Atenas.

Mas é possível imaginar o júbilo das mãos e o interesse intelectual de tradutores, particularmente daqueles que, desde meados do século XVIII, preocuparam-se com o tema fundamental e recorrente da educação da mulher. Há precursores entre os sécs. XVI e XVII, mas o contexto da defesa de uma educação formal feminina é central no final do séc. XVIII. Em meados do séc. XIX, a problemática da educação formal feminina mostra-se fundamental na fundação do Liceu de Artes e Ofícios (1858) e na Escola Normal do Instituto de Educação (1880).

Os próximos trechos foram extraídos do manual *Noções da vida doméstica*: para uso das escolas brasileiras do sexo feminino, adaptado da obra de Mme. Eugene Hippeau por Félix Ferreira, e utilizado como obra de referência no ensino público da economia doméstica até pelo menos a década de 1920.

A família formou outrora a base da sociedade antiga, como hoje forma a da sociedade moderna; por isso, o governo da casa foi sempre objeto dos mais profundos estudos dos homens mais eminentes de todos os tempos. Sócrates, um dos maiores sábios de todos os séculos, comparava o governo do Estado ao governo do lar [...] (Ferreira, 1910, p. 29).

Daí, seguem-se longas citações dos *Entretenimentos* (o *Econômico*), das quais destaco um trecho, a título de exemplo:

Há duas espécies de trabalho em um casal, que são: o de casa e o de fora. [...] A mulher ocupa-se do trabalho de casa, à semelhança da abelha-mestra, que não sai da colmeia nem deixa que os zangões consumam todo o mel. [...] Esta ocupação é tão bela e tão agradável que lhe outorga o nome de – rainha. Eis, minha mulher, o que tu és em nossa casa (Ferreira, 1910, p. 30).

As ocupações femininas são ocupações domésticas, como cuidar dos filhos, da distribuição dos trabalhos aos escravos, da boa ordem da casa e dos gastos. Não vou reproduzir os trechos aqui pois isso alongaria demais a exposição. Desnecessário dizer que a citação não condiz exatamente com o que está no texto de Xenofonte, e por isso mesmo ela é bem instrutiva.

Em princípio, o autor se baseia nas distinções entre atividades dentro e fora de casa, tal como em Xenofonte. Mas, no *Econômico*, o foco não é a

educação formal da esposa – longe disso. O foco é a gestão do *oikos*, dividido entre os espaços interno e externo, e a meta é convencer seu público de que há uma complementaridade natural entre masculino/fora e feminino/dentro de casa, na qual o homem/senhor do *oikos* aparece, na figura de Iscômaco (belo e bom), como o sujeito que se ocupa do governo, da agricultura e do auxílio aos amigos. No séc. XIX, a “economia doméstica”, matéria feminina, é destinada ao aprendizado das meninas e moças nas escolas, e, por mais que se inspire na esposa e no esposo gregos, como Félix Ferreira (1910, p. 31) denomina Iscômaco e sua mulher, fica claro, pela leitura, que o entendimento de economia é outro, que a “rainha do lar” não é mais uma figura complementar, tanto quanto “diferente”, e, por fim, que aqui o nascente Estado nacional está sendo requisitado por Félix Ferreira a entrar na linha para prover a educação doméstica em escolas públicas.

Bem, a educação formal feminina é um assunto disputado no final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Félix Ferreira e sua defesa da vida doméstica representa uma parte, provavelmente a parte masculina “esclarecida” desse debate (digo “provavelmente” pois essa ainda não é uma pesquisa minha, esse trabalho de pesquisa está para começar, e o que apresento aqui, quando falo de história contemporânea, são pedaços de um mosaico que espero contextualizar melhor para continuar falando sobre o tema da política e as mulheres no futuro). Mary Wollstonecraft, Sophie e Nísia Floresta representam também outra parte, a de um “esclarecimento” feminino, reconhecido pelos estudos feministas como precursor. A retórica da autoridade grega está presente em ambas as partes, senão tão diretamente como em Félix Ferreira, ao menos por inspiração e extensão. Em seu *Opúsculo Humanitário*, Nísia Floresta inicia pela evolução histórica do Ocidente em direção ao esclarecimento feminino, citando os gregos assim:

Levantou-se então no horizonte da Europa aquele brilhante meteoro, que surpreendeu, deslumbrou o mundo com as luzes que despedia de seu foco. A Grécia teve leis mais brandas. Sólon, mais sábio legislador que os sábios do Oriente, e menos severo que Licurgo, foi o primeiro que melhor soube harmonizar os interesses da pátria com as vantagens da civilização.

Depois dele muitos sábios ilustraram essa pátria, que Homero, Sócrates, Aristóteles e Platão immortalizaram; o primeiro por suas inimitáveis poesias, o segundo pelo amor da sabedoria, pela qual

morreu instruindo os homens, os últimos pelo grande desenvolvimento que deram à filosofia socrática, apresentando em resultado os dois grandes sistemas, que esses mais belos gênios do maior século da filosofia Grega elevaram à mais alta potência, sem o caráter exclusivo que alguns filósofos lhes imputaram.

Algumas mulheres apareceram na Grécia tais como Aspásia, mestra do filósofo mártir, Safo, Periccione, Telesilla e outras, cujo espírito, enriquecido dos mais variados e profundos conhecimentos, lhes atraiu a admiração da posteridade.

Os costumes da Grécia adoçaram-se, a mulher já não era ali um instrumento só de prazeres vãos e materiais; ela associou-se aos trabalhos do espírito, que ocupavam os homens, e a civilização da Grécia apresentou-se sem rival ao mundo inteiro.

Mas a Trindade, anunciada entre todos os povos debaixo dos diversos símbolos, não se tinha manifestado ainda nos homens no mais admirável e paternal sacrifício do Regenerador da humanidade. O brilhante facho do cristianismo não havia ainda baixado à terra!

Os Gregos, cultivando a sua inteligência, o atingindo à perfeição, que os modernos tanto se têm esforçado por imitar, tropeçaram, entretanto, nas trevas do paganismo e, como os mais adiantados povos do Oriente, grosseiros erros cometeram...

A inteligência da mulher, conquistando a ciência, começava a distinguir-se, mas faltava-lhe o tipo da mulher cristã; sua mais nobre missão não podia ser ainda cumprida na terra (Floresta, 2019, p. 19-20).

Não posso falar aqui como especialista. Como disse, essas citações fazem parte de leituras que mal foram iniciadas. Um argumento presente em Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft (que Nísia leu), é este da evolução civilizatória que o cristianismo representa. Nesse sentido, a ciência e o esclarecimento feminino seriam apanágios da mulher cristã, pois a inferiorização das mulheres, identificada com a tradição francesa/francofone e seus ensinamentos sobre a coqueteria feminina (na Sofia de Rousseau, por exemplo), estariam relacionadas a um passado recente dessas nações e comprometeriam seu futuro, na medida em que comprometem uma cidadania feminina toda ela calcada num papel específico da mulher, próximo ain-

da da “mulher viril” do Sócrates do *Econômico*. Não uma mulher-homem – embora Nísia Floresta tenha sido tratada muitas vezes como mulher-macho – mas uma mulher educada, preparada para cumprir com consciência cívica seu papel na esfera privada.

Ao supor que, em algum tempo, a sociedade estará formada de modo tal que o homem terá necessariamente de cumprir as obrigações de cidadão, se não quiser ser desprezado, e que, enquanto ele estiver empregado em algum dos departamentos da vida civil, sua esposa, também uma cidadã ativa, deverá estar igualmente concentrada, administrando a família, educando os filhos e ajudando o próximo, eu apenas reconstituo uma imaginação cansada de contemplar os vícios e as loucuras provenientes de uma corrente fétida da riqueza, que tem enlameado os riachos puros do afeto natural (Wollstonecraft, 2016, p. 186).

Algo que diferencia o civismo da educação doméstica de Félix Ferreira e o civismo de Wollstonecraft, é indicado pela referência à cidadania ativa. A esposa que administra a família, cuida dos filhos e ajuda o próximo é, sem dúvidas, uma cidadã em uma nação. No Brasil imperial, não me parece fazer sentido que se defenda propriamente a cidadania republicana para as mulheres; mas essas mulheres que a economia doméstica pretende formar são as trabalhadoras e mães de classe pobre a média, como se as mulheres de elite – as professoras – pudessem dar seu exemplo (e esse argumento está literalmente na Introdução ao *Noções da vida doméstica*). Algo muito diferente da perspectiva de Nísia Floresta, que mantém uma escola privada – A Escola Augusta – e é muito criticada por incluir no currículo feminino o estudo de línguas antigas.

Não pretendo aqui multiplicar os exemplos, então continuemos pensando nesses movimentos como exercícios para a reflexão e para o futuro. Sobre a política e as mulheres nessa leitura das defesas do esclarecimento feminino no começo e meados do século XIX, podemos avaliar as seguintes questões (sugeridas, há outras):

- 1) Referências diretas a autores gregos e à Grécia Antiga são comuns. O que não é exatamente uma novidade, uma vez que o discurso sábio do início do XIX costuma apoiar-se e inspirar-se nos exemplos da Antiguidade Clássica. Devemos indagar sobre

as diferenças entre o tipo e o teor dessas referências, contudo. O material apresentado aqui não é suficiente para a formulação de hipóteses a respeito, mas sugere que as precursoras do feminismo buscam apoio reiterando o caráter cristão de suas ideias, o que faz com que as referências aos ditos “pagãos” sejam indiretas, em vários graus (desde sua inclusão como marco numa história universal até a utilização de figuras de retórica mais atreladas à linguagem da sabedoria do que ao alinhamento com as ideias dos “gregos antigos”). A referência direta, o uso dos gregos como fundamento de autoridade, encontra-se no manual de Félix Ferreira, e devemos refletir sobre a possibilidade de se indicar, nesse sentido, uma diferença entre as referências masculinas e as referências femininas à “Grécia Antiga”;

- 2) A divisão entre a esfera pública masculina e a esfera privada feminina estrutura os argumentos em torno da educação para o trabalho e para a cidadania, nos defensores da educação formal das mulheres. A casa se transformou, aqui, na domesticidade, no lugar em que a mulher desenvolve sua própria natureza. E, no desenvolvimento dessa natureza, ou melhor, no desabrochar de seu próprio esclarecimento, essa mulher adquire o status virtuoso de cidadã ativa. O argumento pode ser utilizado de forma diferente, contudo, ainda na defesa de um papel das virtudes femininas na construção da nação, sem incluir a requisição de cidadania, como no caso da economia doméstica de Félix Ferreira. O discurso da educação das mães que vão formar os filhos cidadãos é também um lugar comum na imprensa carioca ao longo do século XIX.
- 3) Diferentemente, no *Econômico*, de Xenofonte, apenas o *oikos* está em foco. Como se o homem belo e bom cidadão fosse tomado por outro ângulo, aquele do gestor do patrimônio que é seu, sua casa, não sua “domesticidade”. A esposa de Iscômaco pode ser imaginada como sua associada nessa gestão, mas nunca coproprietária. A ela não pertencem nem o fora nem o dentro de uma casa alheia, na qual chega muito nova. Então, nas duas esferas para os dois “sexos”, no *Econômico*, não há espaço para se falar em público e privado e, assim, assimilar o argumento de Xenofonte ao argumento presente nas obras do início do XIX. Nem se trata da adscrição da esposa ao espaço doméstico propriamente – a “rainha do lar” – nem se trata de

sua igualdade, complementaridade ou potencial de excelência pela educação (recebida diretamente do marido).

A concepção da divisão do trabalho e da natureza masculina/feminina entre esferas de ação pública e privada, colocava-se àqueles que endereçaram a questão da cidadania e da ação cívica feminina, entre fins do século XVIII e início do XIX. Antes de ser inspirada na autoridade dos “gregos antigos” ou da tradição clássica, essa divisão foi um dos componentes estruturantes da abordagem histórica de uma sociedade grega precursora dos europeus, precursora de uma determinada forma política, econômica, filosófica, religiosa. Em outras palavras: quando escrevemos algo sobre os gregos antigos, uma operação de costura de metades entra em ação. Querendo ou não, observamos a “Grécia” como quem observa-se no espelho, num dia bom ou num dia ruim. Mesmo na “pós-modernidade”, ainda somos assim. Precisamos da Grécia, quer para estabelecer em discurso histórico um ponto de origem à misoginia do pensamento ocidental, quer para desfazer, no discurso histórico, a imagem de uma política que, dominada e instrumentalizada pelos homens cidadãos, só pode incluir ou excluir a mulher (aqui, propositalmente no singular).

Política e vida comum

Já a vida comum, efêmera ou cotidiana, se apresenta nos textos atenienses do período clássico como um *kat' oikías*, um *habitar aqui* ou um “habitar sob a ótica da família/casa” (Andrade, 2002). Ela implica a partilha de um espaço físico, convergindo e tecendo, com ele, comunidades que são partes ou que vão além da comunidade política que se chamava *politeía*, tomando-o e significando-o nas interações sociais, de maneira quase invisível e inaudita, mas de todo modo diferente do significado de *pólis dos cidadãos*. No livro *A vida comum*, tentei mostrar como isso acontecia no plano das representações de cotidiano, pólis, público e privado, masculino e feminino. Não vou retomar o argumento aqui. Basta dizer que a mudança de perspectiva, das concepções políticas clássicas do Estado e da sociedade para o “rés-do-chão” da inventividade e dos movimentos brownianos da vida cotidiana (De Certeau, 2014), trouxe para o cerne desta pesquisa o tema de uma política no cotidiano que não é uma micropolítica, mas uma atividade constituinte, trabalho vivo, canteiro de obras invisível de qual-

quer estado de coisas “social”. Tratar de uma dimensão de mobilização política específica às mulheres em meio à potência da multidão da qual nos fala Negri, não é uma tarefa fácil; e seria quase impossível, não houvesse os próprios intelectuais atenienses problematizado essa dimensão política específica, como se esta fosse uma fonte de inquietação constante, embora fugidia, meio obscurecida e meio emudecida, em todo caso mencionada sempre de forma cuidadosa, cercada e parcial, para o cidadão. Isto quer dizer que não vamos encontrar um livro sobre a pólis das mulheres, como *A Política* ou *A República*; mas vamos encontrar a problematização da ação, do caráter e do pensamento, da “parte feminina” na formação de comunidades, bem como sua não parte na mesma comunidade política constituída por homens cidadãos, nesses mesmos *A Política* ou *A República*.⁵ Vamos encontrar a operação masculino/feminino numa relação tensa e ambígua com a pólis. Vamos encontrar a política das mulheres, geralmente, na iminência da desconstrução do artifício masculino da pólis – ou seria melhor dizer, de implosão – como ameaça, sim, mas uma ameaça desde já contida e justificada pela operação discursiva, seja no discurso político, seja na historiografia; como em Xenofonte, por exemplo, e do qual falei anteriormente, quando a divisão binária masculino/feminino se explica pelo desígnio dos deuses, pela natureza e pela lei; como nas comédias, em que o riso aplaca o risco; como nas tragédias, em que o sofrimento purifica o gesto; como na filosofia, em que o *logos* nos apresenta ao “natural feminino”. Em todos esses casos, o importante a ressaltar é o problema reiterado, sobrevivente às escolhas tramadas pelos autores e ao sentido literal, portanto, da possibilidade de subversão da comunidade política de cidadãos por atos femininos de sublevação. Atos execráveis como o de Medeia, atos justos como o de Antígona, ou simplesmente atos *ginococráticos* (literalmente atos de tomada de poder femininos), temíveis e risíveis. O tema está lá, temos que vê-lo como problema que foi e que é. Pois não nos vejo como mais esclarecidas que as esclarecidas do século XVIII; nos vejo tão contemporâneas quanto elas foram, e tão dedicadas à construção futura de uma *comunidade que vem*. Talvez seja esse o significado da História em movimento, passar ao futuro através do passado.

⁵ Sobre isso, é instrutivo ler o trabalho de Arlene Saxonhouse – *Women in the History of Political Thought* – comparando o lugar da mulher no pensamento político antigo e moderno (Saxonhouse, 1985).

Documentação escrita

FERREIRA, Félix. *Noções da vida doméstica*: para uso das escolas brasileiras do sexo feminino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Brasília: Senado Federal, 2019.

PIZAN, Christine de. *A cidade das damas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação do direito das mulheres*. São Paulo: Boitempo, 2016.

XENOFONTE. *Économique*. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

_____. *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

_____. *Homo Sacer*: poder soberano e vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ANDRADE, Marta. *A cidade das mulheres*: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

_____. *A vida comum*: espaço, cotidiano e cidade na Atenas clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____; TAVEIRA, Daniel. O gesto de Antígona, os vencedores e a morte dos vencidos. In: MARTINS, William. S.; MAIA, Andréa (orgs.). *Novas pautas para a História Social*: ensaios, pesquisas e memórias do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos seus 40 anos. São Paulo: Dialética, 2024, p. 55-82.

_____. Mulheres de Atenas/mulheres na história: reflexões sobre o ser sujeito-objeto. In: LESSA, Fábio (org.). *Gênero e sexualidade em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024, p. 59-72.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. vols. IV e V. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LORAUX, Nicole. La cité, l'historien, les femmes. *Pallas*, n. 32, p. 7-39, 1985.

_____. *Les Expériences de Tirèsias: le féminin et l'homme grec*. Paris: Gallimard, 1989.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SAXONHOUSE, Arlene. *Women in the History of Political Thought: Ancient Greece to Machiavelli*. Westport: Praeger, 1985.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.